



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2014**  
**(do Sr. Fernando Francischini)**

Requer que sejam convocados os Exmos. Srs. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Gilberto Carvalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República e Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União, todos para expor acerca das denúncias de envolvimento em irregularidades de ONG's e eventuais providencias adotadas.

**Senhor Presidente**

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação dos Exmos. Srs. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Gilberto Carvalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República e Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União, para expor acerca das denúncias de envolvimento em irregularidades de ONG's e eventuais providências adotadas.

Para tanto, requeiro também o convite ao Delegado da Polícia Federal que presidiu o inquérito, bem como a presença do membro do Ministério Público Federal que investigará a participação do Ministro no esquema mencionado na reportagem.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

**JUSTIFICAÇÃO**

São recorrentes as denúncias de irregularidades e corrupção no atual governo do PT. Grande parte dos ministros de estado escolhidos pela presidente Dilma Roussef, ao longo de seu mandato, se viram envolvidos em escândalos envolvendo dinheiro público e improbidades administrativas.

A Polícia Federal tem trabalhado à exaustão na investigação destes casos, sempre no intuito de comprovar a existência e indicar os autores de tais práticas que são extremamente nocivas a administração pública, aos cofres públicos e ao país.

A população assiste estarrecida, quase que semanalmente, a divulgação pela imprensa de escândalos envolvendo pessoas do primeiro escalão do governo, Organizações Não Governamentais – ONG's, empresas públicas e privadas envolvidas em uma verdadeira “teia” de esquemas voltados para desviar recursos públicos e burlar a fiscalização dos Órgãos de controle.

Todavia, dois nomes se destacam no contexto recente das denúncias que envolvem Ministros do atual governo: Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e Gilberto Carvalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Corroborando a afirmação anterior e fundamentando ainda mais a presente justificação, transcrevo abaixo uma sequencia de matérias recentes, noticiadas pela grande imprensa nacional, anunciando escândalos envolvendo o primeiro escalão do Governo Federal, em especial os dois acima citados, senão vejamos: **“PF prende oito pessoas suspeitas de fraude no Ministério do Trabalho”**. Veja íntegra da matéria:



## PF prende oito pessoas suspeitas de fraude no Ministério do Trabalho



SÃO PAULO e BRASÍLIA - A Polícia Federal (PF) prendeu oito pessoas nesta terça-feira, incluindo um assessor do Ministério do Trabalho, durante uma operação que apura irregularidades no repasse de até R\$ 47,5 milhões do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador (Ceat). A ONG possui 12 unidades em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na operação batizada de “Pronto Emprego”, Gleide Santos Costa foi preso com cerca de R\$ 30 mil de propina num hotel de São Paulo. Costa é assessor da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Ao longo da tarde, um servidor do ministério chegou a informar que Costa era da assessoria da Secretaria-Executiva. No início da noite, o ministério corrigiu a informação.

Segundo o delegado Rodrigo Sanfurgo, responsável pela operação, o assessor chegou a São Paulo na segunda-feira de manhã, vindo de Brasília. À tarde, visitou uma unidade da ONG, localizada na Zona Sul paulistana, onde recebeu o dinheiro. Em seguida, foi para o hotel.

O assessor, segundo delegados da PF, foi responsável por assinar convênios entre o Ceat e o Ministério do Trabalho. A ONG é a que mais recebe verba do ministério para manter centros de qualificação profissional — ao todo, desde 2009, recebeu cerca de R\$ 47,5 milhões do Ministério do Trabalho.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

A PF não sabe ainda o valor exato da quantia desviada.

A presidente do Ceat, Jorgette Maria de Oliveira, também foi presa. A PF realizou buscas na casa dela, em São Paulo, encontrando carros de luxo das marcas Audi e Land Rover, que foram apreendidos. A diretoria da Ceat estava comprando mercadorias da China, que seriam revendidas numa loja da rua 25 de Março, para, segundo investigadores, lavar o dinheiro.

Segundo o delegado da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros (Delefin), da PF, a investigação não é um desdobramento das irregularidades que derrubaram o ex-ministro Carlos Lupi (PDT), demitido em dezembro de 2011. A PF ainda não encontrou vínculos entre partidos, embora Jorgette tenha sido filiada ao PDT: ela foi uma das fundadoras do partido no Rio. O PDT controla a pasta.

O Ministério do Trabalho anunciou na noite desta terça-feira o afastamento do assessor Gleide Santos Costa. Em nota, o ministério informa que vai abrir investigação interna para apurar o suposto envolvimento do ex-assessor da secretaria de Políticas Públicas de Emprego. O ministério diz ainda que foram suspensos os repasses para a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador e que "está cooperando com todas as investigações da Polícia Federal que dizem respeito ao órgão".

Além de na unidade da ONG em São Paulo, a PF fez buscas no Ministério de Trabalho em Brasília. A Polícia Federal constatou o desvio dos recursos públicos e lavagem de dinheiro desde a concessão de verbas, passando pelo direcionamento das contratações, inexecução de contratos, doações fictícias e simulações de prestações de serviço até a reinserção do dinheiro ao sistema econômico-financeiro.

Foram cumpridos 38 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, todos expedidos pela Justiça Federal de São Paulo. A operação contou com a participação de 150 policiais federais e dois auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), que teria constatado irregularidades na prestação de contas do Ceat. Os presos responderão por



## CÂMARA DOS DEPUTADOS Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

quatro crimes: corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e peculato. Somadas, as penas podem chegar a 37 anos.

Fundada em 2002, a Ceat se define como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) “que se tornou uma referência na inclusão socioproductiva e no resgate da autoestima do trabalhador”.

“A organização surgiu em função da necessidade de enfrentar um cenário dramático de desemprego no Brasil, em particular, na região metropolitana de São Paulo”, diz o site da ONG. “Desde sua inauguração, em 2002, já atendeu mais de um milhão de trabalhadores em condição de desemprego.”

A Ceat não se manifestou publicamente sobre o ocorrido.

Dessa vez, a denúncia ganha mais veracidade, vez que a Polícia Federal, concluiu em inquérito a participação do Ministro Manoel Dias em esquema fraudulento junto a ONG's. Vejamos agora a notícia veiculada no sitio da Gazeta do Povo em 03/03/2014, que vem com o título “***PF acusa ministro de irregularidades em ONG***”:

### PF acusa ministro de irregularidades em ONG

Inquérito concluiu que Manoel Dias, titular da pasta do Trabalho, estaria envolvido em esquema que empregava pedetistas como fantasmas em entidade de Santa Catarina

Publicado em 03/03/2014 | AGÊNCIA ESTADO

A Polícia Federal (PF) concluiu inquérito sobre desvio de recursos do Ministério do Trabalho e pediu à Procuradoria-Geral da República (PGR) a abertura de investigação sobre o titular da pasta, Manoel Dias, no Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme relatório concluído na semana passada e remetido à Justiça, há indícios da participação de Dias em esquema para empregar militantes do seu partido, o PDT, como funcionários fantasmas de uma entidade que firmou convênios com o ministério, recebendo R\$ 11 milhões.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

A investigação da PF partiu de revelações de um ex-dirigente do PDT em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo em setembro do ano passado. Ex-presidente da Juventude do partido em Santa Catarina, John Sievers contou que em 2008, a mando do ministro Dias, recebia pagamentos mensais da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Tijucas e Itajaí Mirim (ADRVale), com sede em Brusque (SC) e comandada por pedetistas. Na prática, porém, prestava serviços à Universidade Leonel Brizola, braço da legenda para a formação política da militância. “Quem me passou [as orientações] foi o Manoel [Dias]. Meu salário foi pago através da ADRVale”, disse Sievers.

#### **Outro lado**

##### **“Nunca me envolvi em corrupção”, afirma Manoel Dias**

O ministro do Trabalho, Manoel Dias, disse não temer a abertura de investigação sobre seu envolvimento em suposto esquema do PDT para empregar “fantasmas”. Ele atribuiu as acusações a “fogo amigo” e reiterou não ter feito nenhum acerto para que pedetistas recebessem “salários”, sem prestar serviços, de entidade financiada pela pasta. “Nunca fiz nenhum pedido desse tipo. Quem é esse cara para me acusar de qualquer coisa? Não falei para ele trabalhar para ONG.” Questionado sobre a quantidade de pedetistas que constavam da folha de pagamentos da entidade, segundo concluiu a apuração da Controladoria-Geral da União, Dias mostrou-se surpreso: “Eles não trabalhavam? Só recebiam? É impossível que isso aconteça. Que eu saiba, não tem nada disso.” Embora a PF informe em relatório que chegou a tratar de depoimento do ministro com advogado por ele constituído, Dias alega não ter sido chamado a se explicar. “Não me neguei a nada. Nunca falei comigo.” O Ministério do Trabalho informou que aguarda dados oficiais do inquérito para se manifestar. Em nota, explicou que a ADRVale está proibida de receber recursos federais. A entidade não se manifestou.

As afirmações dele foram reiteradas à PF. Outros filiados ao PDT confirmaram que constavam da folha de pagamentos da ONG sem nunca ter trabalhado para ela. Em seu relatório, a PF pede a



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

remessa dos autos ao Supremo, única instância que pode autorizar investigação criminal de ministros. Caberá à Justiça Federal em Santa Catarina, base eleitoral de Dias, decidir se envia ou não o caso a Brasília.

#### **Extratos bancários**

À PF Sievers entregou extratos bancários e informou ter recebido da ADRVale, após acerto com Dias na sede do PDT em Florianópolis, valores que variam de R\$ 800 a R\$ 1.335, entre fevereiro e outubro de 2008, na condição de “vigilante” e “assistente”. Na prática, segundo sua versão, viajava a cidades do interior a serviço da universidade do partido, que também era comandada pelo agora ministro do Trabalho.

Outro ex-integrante da Juventude do PDT, Fábio da Silva Pereira Machado revelou ter sido escolhido por Dias para prestar serviços “a uma ONG sediada em Brusque”. Na verdade, ele exercia cargo comissionado na prefeitura de Balneário Camboriú (SC). “Embora admita o recebimento do numerário, Fábio sustentou que nunca foi auxiliar administrativo da ADRVale”, afirma o relatório da PF.

Com base em depoimentos e relatórios da Controladoria-Geral da União, a PF concluiu que houve irregularidades como desvio de recursos, subcontratações ilegais e não comprovação de que os cursos pactuados foram feitos. Cinco ex-dirigentes da ADRVale, hoje inativa, foram indiciados por formação de quadrilha, peculato (apropriar-se de ou desviar dinheiro ou bens públicos) e dispensa indevida de licitação.

À Justiça a PF relatou que, apesar de sucessivos pedidos, a gestão de Manoel Dias no Trabalho sonegou dados do convênio. Além disso, não enviou dados sobre a análise da prestação de contas. A pasta alega não ter recebido informações completas porque um incêndio atingiu as instalações da ADRVale, tendo consumido parte dos documentos.

Notícias publicadas no portal R7 denotam que a ONG envolvida no escândalo indicava Gilberto Carvalho como seu interlocutor junto ao Ministério ora



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

denunciado, demonstrando um verdadeiro estreitamento de laço entre a ONG e o Ministro.

Veja matéria publicada no sitio R7, cujo título é “**Quadrilha que atuava no Ministério do Trabalho pediu ajuda a Gilberto Carvalho**”:

## **Quadrilha que atuava no Ministério do Trabalho pediu ajuda a Gilberto Carvalho**

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência era tratado pelo bando como 'interlocutor' na pasta



Ministro recebeu envolvidos em gabinete, segundo relatório da PF *Valter Campanato/05.09.2013/ABr*

A organização criminosa que desviou R\$ 18 milhões de um convênio com o Ministério do Trabalho buscou apoio e incentivo do **ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho**, para tentar obter aditamentos e novos repasses de verbas para o Ceat (Centro de Atendimento ao Trabalhador), ONG que teria se transformado no reduto da quadrilha.

Relatório da Operação Pronto Emprego, da Polícia Federal, deflagrada dia 3 em São Paulo, revela que o ministro era tratado pela quadrilha como seu "interlocutor" na pasta do Trabalho. Interceptações telefônicas mostram que, em maio, o grupo estava preocupado com perda de espaço no ministério e com uma divisão na cúpula da pasta. "Gilberto Carvalho irá resolver





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

isso", diz Jorgette Maria Oliveira, presidente da ONG, em ligação gravada.

Carvalho recebeu em seu gabinete muitas vezes padre Lício de Araújo Vale, a quem a PF atribui papel destacado na quadrilha, "articulador dos constantes aditamentos irregulares junto ao Ministério do Trabalho".

#### **Ministro diz que fez recomendação a pedido de cardeais** **Leia mais notícias de Brasil e Política**

Outros dois personagens centrais da trama foram recebidos por Carvalho — Jorgette e o advogado Alessandro Rodrigues Vieira, diretor jurídico da ONG.

O relatório da PF — 192 páginas com fotos, organogramas e planilhas da evolução patrimonial dos investigados - descreve os movimentos da organização e o assédio sobre o ministro. Na página 82 do documento, há o seguinte trecho: "É bastante comum a dupla (Vieira e Padre Lício) ir a Brasília para tratar da renovação junto a funcionários de alto escalão do Ministério do Trabalho e da Secretaria-Geral da Presidência da República".

A ONG foi criada pela Arquidiocese de São Paulo, em 2002. Depois, desvinculou-se da Cúria e virou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público para capacitação de trabalhadores. Em 2008, firmou convênio com o Ministério do Trabalho.

O escoadouro do dinheiro público, diz a PF, se deu por meio de aditamentos. Nessa fase a organização pediu colaboração de Carvalho e corrompeu assessores do Trabalho — Gleide Santos Costa, da Secretaria de Políticas Públicas do ministério, foi preso em flagrante com R\$ 30 mil que recebera de Jorgette.

Grampo de 20 de maio, 11h43, pegou Jorgette e Gleide. Ela diz que irá a uma reunião no gabinete de Carvalho. Às 12h42, Jorgette conversa com Alessandro Vieira. Ele conta que se encontrou com o secretário executivo do Trabalho, Paulo Roberto dos Santos - que caiu na Operação Esopo -, e que este pediu a Gleide que providenciasse a renovação do convênio. Vieira diz que "seria melhor ganhar a simpatia do ministro Manoel Dias (Trabalho) por intermédio de Gilberto Carvalho".



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

Vieira diz que Paulo Roberto seria "o 'gatilho' do ex-ministro Carlos Lupi dentro do Ministério do Trabalho". A PF diz que padre Lício é "sacerdote e empresário, sócio do Centro Brasil do Trabalho, que não existe de fato, e recebeu R\$ 1,26 milhão do Ceat, recursos desviados por meio de prestação de serviços fictícios".

Importante também é a participação do Delegado da Polícia Federal que presidiu o inquérito, bem como o a participação de um membro do Ministério Público Federal – MPF que tratará do caso.

Por derradeiro, ressalto a importância de trazer a esta Comissão o senhor Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União para informar sobre eventuais providencias que estariam sendo adotadas para coibir e reprimir os fatos em tela neste requerimento.

Diante do exposto, as convocações que ora requeremos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento e fiscalização das ações do Poder Executivo, além de propiciar aos titulares das respectivas pastas a oportunidade de esclarecerem os fatos acima narrados e apontar os possíveis culpados.

Sala das Sessões, em            de            de 2014

**Dep. FERNANDO FRANCISCHINI**  
**Solidariedade / PR**